

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Alim R. Maluf Neto**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, para **Registro de Preço**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

- 1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 02/10/2025.

HORÁRIO: 11h (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

- 1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.
- 1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

- 2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdu.org.br).
- 2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.
- 2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

- 3.1. O presente processo seletivo tem como objeto o Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU, conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), parte integrante deste Edital.
- 3.1.1. O caráter sigiloso do valor estimado para a contratação está fundamentado na Política de Compras da CBDU, com o intuito de propiciar propostas mais econômicas e competitivas no certame.
- 3.1.2. O valor estimado para esta contratação será tornado público apenas e, imediatamente, após o encerramento do envio dos lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

- 4.1. As especificações encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.
- 4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET e as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

- 4.3. A contratação oriunda deste processo seletivo será firmada em Ata de Registro de Preço, dando respaldo às aquisições futuras, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados em ata específica e que a aquisição ou contratação é feita quando houver a demanda por parte da CBDU.

5. DO LOCAL, PRAZO E PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 5.1. As informações quanto ao local, prazo e prestação do serviço encontram-se previstas no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1 Poderão participar do presente processo seletivo pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste certame e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 6.2 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato ou outro documento equivalente, conforme o caso.
- 6.3 Como requisito para a participação neste Pregão, a empresa participante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que:
- cumpra plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital e seus Anexos;
 - não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB, Art.7º, inciso XXXIII;
 - não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no art. 1º, III e IV, e no art. 5º, III, todos da CRFB;
 - inexistam fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - a proposta foi elaborada de forma independente; e
 - o serviço é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 6.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:
- não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas, durante o prazo da sanção aplicada;
 - incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
 - sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;

- e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
 - f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
 - g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
 - h) empregados da CBDU.
- 6.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.
- 6.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.
- 6.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- 6.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 6.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 6.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto a prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 7.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar **ESCLARECIMENTOS** e/ou **IMPUGNAR** o presente processo seletivo, **exclusivamente** através da plataforma da BBMNET.
- 7.2. O prazo indicado no subitem 7.1 é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 7.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU.
- 7.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.
- 7.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. DO CREDENCIAMENTO

- 8.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 8.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.
 - a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.

8.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. As empresas participantes deverão cadastrar, exclusivamente por meio do sistema, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, sem identificação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.1.1. Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

9.2. A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.

9.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas financeiras serão de responsabilidade exclusiva da empresa participante, não cabendo qualquer responsabilidade à CBDU, inclusive pelas transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico ou de eventual desconexão.

9.4. A apresentação da proposta financeira implicará em plena aceitação, por parte da empresa participante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

9.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.6. É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória a realização da diligência.

9.7. Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas

10. DA ABERTURA DA SESSÃO

10.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, por comando do Pregoeiro.

10.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O Pregoeiro verificará as propostas cadastradas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 11.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 11.3. Será desclassificada a proposta cadastrada **que identifique a empresa participante antes da fase de lances.**

12. DA FASE COMPETITIVA

- 12.1. Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 12.2. As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.
- 12.3. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 12.4. Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do detentor do lance
- 12.5. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 12.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 12.7. Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 12.8. Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas

13. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 13.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço por item.**
- 13.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 13.3. Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado. Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em valor igual ou inferior ao do estimado.
- 13.3.1. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

14. DA NEGOCIAÇÃO

- 14.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor

proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

- 14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 15.1. O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance.
- 15.1.1. A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo de até 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da documentação.
- 15.2. A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
- 15.2.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdu.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
- 15.2.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional selecao@cbdu.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
- 15.3. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 17.12 deste Edital.
- 15.4. A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:
- prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - preços unitário e total, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula. Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
 - declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
 - o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
 - descrição detalhada, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital;
- 15.5. Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.
- 15.6. Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 15.7. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologado, adjudicado e o contrato ou outro documento equivalente assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa

participante, na data do vencimento da proposta financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.

- 15.8. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 15.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.10. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 15.11. Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.12. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 15.13. Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 15.14. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 15.15. Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 15.16. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.
- 15.17. Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 15.18. Poderá ser desclassificada a proposta de preços manifestamente inexequíveis.
 - 15.18.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados.
 - 15.18.2. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
 - 15.18.3. Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 15.19. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 15.20. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade

da remuneração.

- 15.21. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 15.22. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta motivadamente e passar à subsequente, poderá negociar com a empresa participante para que seja obtido preço melhor.
- 15.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.
- 15.24. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para sua continuidade.
- 15.25. Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

16. DA HABILITAÇÃO

- 16.1. A empresa classificada em primeiro lugar será convocada para apresentar a documentação de habilitação que deverá ser anexada na plataforma, dentro do prazo previsto no subitem 15.1.1.
 - 16.1.1. Caso enfrente dificuldade em atender à convocação, deverá comunicar o Pregoeiro. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
 - 16.1.1.1. Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar e-mail institucional (selecao@cbdu.org.br), caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
 - 16.1.1.2. As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem anterior, somente pelo e-mail institucional selecao@cbdu.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
 - 16.1.2. Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 17.12 deste Edital.
- 16.2. Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

16.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- b) prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto deste processo seletivo, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

16.2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste processo seletivo;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da empresa participante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 16.2.2.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.
- 16.2.2.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;
- 16.2.2.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou outro documento equivalente, ou revogar o processo seletivo.

16.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;
- b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal;
- b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- d) A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerando os riscos para a CBDU, Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, no valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total

do objeto a ser contratado, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais;

- f) As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro, devem cumprir a exigência deste subitem mediante a apresentação do Balanço de Abertura.

16.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) e/ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, pela empresa, de contrato pertinente e compatível, em características e quantidades, com o objeto da contratação.

a.2) O(s) atestado(s) deverá (ao) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas.

a.3) O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se à execução de serviços objeto de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
 - b) Alvará atualizado de Licença e Funcionamento do Estabelecimento do domicílio da sede da empresa.
 - c) Apresentar Registro do Responsável Técnico junto ao Conselho Regional de Medicina local da prestação do serviço (CRM).
 - d) Apresentar Alvará Sanitário para unidades móveis, expedido pelo Vigilância Sanitária do Município sede da empresa.
 - e) Declaração da empresa que dispõe dos profissionais necessários para a prestação dos serviços.
 - f) Declaração formal de que dispõe ou disponibilizará de instalações adequadas, material, pessoal capacitado (equipe técnica), equipamentos complementares e veículos suficientes (com reservas em caso de intercorrências) para execução do serviço no prazo desejado.
 - g) Declaração de que possui Certidão de Registro e Anotação de Responsabilidade Técnica nos respectivos Conselhos Regionais (CRM - Conselho Regional de Medicina; COREN - Conselho Regional de Enfermagem) e que tais documentos serão apresentados no ato da assinatura do contrato ou outro documento equivalente.
- 16.3. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- 16.4. As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:
- a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.
 - b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.
- 16.5. A ausência das declarações indicadas no subitem 16.4, não resultará em desclassificação.
- 16.6. Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.
- 16.7. As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.
- 16.8. Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

- 16.9. O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 16.9.1. A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 16.10. No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstitui-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 16.11. Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 16.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 16.13. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros, falhas ou omissões que não alterem a substância das propostas ou dos documentos e a sua validade jurídica, desde que devidamente justificado.
- 16.14. Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.
- 16.15. É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 16.16. Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 16.17. A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.

17. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 17.1. Após a inclusão da ficha técnica/proposta, o sistema concederá o prazo de 5 minutos para as empresas participantes manifestarem intenção de recurso, referente à proposta.
- 17.1.1. Haverá uma nova oportunidade na fase de Manifestação de Recurso, quando da fase de habilitação.
- 17.2. Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.
- 17.2.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 17.3. As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico.
- 17.4. As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 17.5. A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.
- 17.6. O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.
- 17.7. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.
- 17.8. Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente para fins de decisão.
- 17.9. Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.
- 17.10. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo seletivo.
- 17.11. Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.
- 17.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.
- 17.13. Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 18.1. O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.
- 18.2. A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

- 19.1. Para formação do cadastro de reserva, as empresas classificadas subsequentemente à empresa vencedora serão convocadas, em sessão, para, no prazo e forma estipulado pelo Pregoeiro, manifestar sua intenção de registro adicional de preço.
- 19.2. Após a homologação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro das empresas que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no processo seletivo.
- 19.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das empresas participantes ou fornecedores registrados na ata.
- 19.4. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa mais bem classificada.
- 19.5. A habilitação das empresas que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação das empresas remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 - a) quando a empresa vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições

estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

19.6. Na hipótese de nenhuma das participantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a CBDU, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) convocar as empresas que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas empresas remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

20.1. Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a empresa vencedora e, se houver, as empresas que manifestarem intenção de registro adicional em formação de cadastro de reserva para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos de sua Minuta (Anexo III), conforme dispõe a Política de Compras da CBDU.

20.2. Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Destaque-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação pertinente.

20.3. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

20.4. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

20.4.1. Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

20.5. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigado a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, fica assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.

20.6. A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida conforme percentual previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes.

20.7. A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

20.8. O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

20.9. A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

20.10. A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a empresa vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções

cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.

- 20.11. Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.
- 20.12. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 20.13. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo seletivo.

21. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário -CBDU, é o Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.
- 21.2. As obrigações relativas ao objeto serão formalizadas por meio de Contrato ou outro documento equivalente e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.
- 21.3. Comprovada a hipótese do subitem anterior, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 21.4. A ata de registro de preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação que não tenha participado do processo seletivo, mediante prévia consulta à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – Gerenciador, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU.
- 21.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador.
- 21.6. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por federação, a 100% (cem por cento) dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.
- 21.7. O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de preço.
- 21.8. O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste processo seletivo.
- 21.9. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo à CBDU promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.
- 21.10. As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.
- 21.11. O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

22. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 22.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.
- 22.2. O Fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado na Ata:
 - a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por

- ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços;
 - c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
 - d) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.
- 22.3. Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:
- a) por inadimplência de qualquer das partes;
 - b) falência ou liquidação do fornecedor;
 - c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância da CBDU; e
 - d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.
- 22.4. Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

23. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 23.1. Não será admitida a subcontratação do objeto. Salvo autorização da CBDU.
- 23.1.1. Em sendo autorizado a subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CBDU pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

24. DO PAGAMENTO

- 24.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.
- 24.2. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
 - b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - c) Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 24.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.
- 24.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 24.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.
- 24.6. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 24.7. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 24.8. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

25. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 25.1. A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3% (três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.
- 25.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- 25.2. A empresa participante que recusar, injustificadamente, em assinar a ata de registro de preço, o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e poderá sujeitar-se às seguintes penalidades:
- a) Perda do direito à contratação;
 - b) Perda da caução em dinheiro ou execução das demais garantias de propostas oferecidas, quando for o caso, sem prejuízo de outras penalidades previstas;
 - c) Suspensão do direito de participar dos processos seletivos ou contratar com a CBDU, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- 25.3. A empresa perderá o direito de contratar com a CBDU nas seguintes hipóteses:
- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo seletivo ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do contrato;
 - b) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - c) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo seletivo; e
 - d) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846/2013.
- 25.4. Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:
- I. Por atraso injustificado:
 - a) multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
 - b) multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.
 - II. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CBDU poderá aplicar à futura Contratada as seguintes sanções:
 - a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
 - b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
 - c) Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, quando não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.
- 25.5. As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem a licitação, mas somente serão definitivas depois de exaurida a

fase de defesa prévia da Contratada.

- 25.6. Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.
- 25.7. Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.
- 25.8. Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

26. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 26.1. A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.
- 26.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 27.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante da Ata de Registro de Preço, do contrato ou outro documento equivalente, independentemente de transcrição.
- 27.1.1. As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito para fins de processo seletivo, podendo a CBDU solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.
- 27.2. A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.
- 27.3. O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e na plataforma da BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.
- 27.4. Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.
- 27.5. Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 27.6. A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.
- 27.7. A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo fornecimento e/ou prestação do serviço nas condições oferecidas.
- 27.8. É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.
- 27.9. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

28. ANEXOS

- 28.1. São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I	Termo de referência
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP/MEI
Anexo IV	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo V	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VI	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VII	Minuta da Ata de Registro de Preço
Anexo VIII	Minuta do Contrato
Anexo IX	Minuta da Ordem de Compra e/ou Serviço

29. DO FORO

- 29.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 22 de setembro de 2025.

Alim Maluf Neto

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

(Arquivo digital à parte)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO II – MODELO PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Pela presente, submetemos à apreciação, a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

DADOS DA EMPRESA:

- RAZÃO SOCIAL:
- CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- REPRESENTANTE E CARGO:
- CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- ENDEREÇO e TELEFONE

DESCRIPTIVO	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANT.
Ambulância Tipo D Locação de ambulância tipo D (Suporte Avançado), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. Os serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) médico, 01 (um) enfermeiro e 01 (um) motorista. Suporte Avançado — atendimento e transporte de pacientes de alto risco em emergências pré-hospitalares e/ou de transporte inter-hospitalar que necessitam de cuidados médicos intensivos.	DIÁRIAS	25
Ambulâncias Tipo C Locação de ambulância tipo C (Ambulância de Resgate), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. Os serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) enfermeiro, 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) motorista. Ambulância Resgate – Utilizada para resgate e atendimento de vítimas de acidentes, com equipamentos de socorros onde for necessário.	DIÁRIAS	22
Ambulâncias Tipo B Locação de ambulância tipo B (Suporte Básico), com tripulação, diária de 12 (doze) horas. O Serviços, veículo, materiais, equipamentos e medicamentos deverão estar em conformidade com a Portaria 2.048 de 5 de novembro de 2002, do Ministério da Saúde e suas atualizações. A tripulação deverá ser composta por 01 (um) técnico de enfermagem e 01 (um) motorista. Ambulância de Suporte Básico — Realiza transporte de pacientes com risco de vida desconhecido, contendo equipamentos mínimos para a manutenção da vida, exceto os materiais de salvamento.	DIÁRIAS	52

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR UNITÁRIO** e **VALOR TOTAL**.

CONDIÇÕES GERAIS

- Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2025 e seus Anexos.
- A empresa declara também que a proposta contempla, ainda, quaisquer materiais, serviços e seguros indispensáveis à execução dos serviços aqui descritos, inclusive aqueles que porventura não estejam

identificados nesta proposta.

3. A proponente DECLARA ainda, para os fins de direito, caso seja declarada vencedora do certame e celebrado o respectivo contrato, ou documento equivalente, que se compromete a observar a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança e saúde do trabalho, responsabilizando-se pela formalização e registro contratuais e pela previsão de gastos com meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção.
4. DECLARA que, ao tempo do início do contrato possuirá equipe profissional completa que atuarão na prestação dos serviços, treinada e capacitada em conformidade com as normas de Segurança e Medicina do Trabalho.
5. DECLARA ainda que, caso seja declarada vencedora, terá em seu quadro, quando da assinatura do contrato, ou outro documento equivalente, profissionais habilitados, com registro ativo no respectivos Conselhos de Classe, que se responsabilizará pela execução dos serviços.
6. DECLARA que dispõe ou disponibilizará de instalações adequadas, material, pessoal capacitado (equipe técnica), equipamentos complementares e veículos suficientes (com reservas em caso de intercorrências) para execução do serviço no prazo desejado.
7. DECLARA ainda que possui Certidão de Registro e Anotação de Responsabilidade Técnica nos respectivos Conselhos Regionais (CRM - Conselho Regional de Medicina; COREN - Conselho Regional de Enfermagem) e que tais documentos serão apresentados no ato da assinatura do contrato ou outro documento equivalente.
8. O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.
9. Prazo de validade da proposta:
10. Dados Bancários: Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente.

LOCAL E DATA
ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO III - MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Sr.^a _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2025.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)

- Representante Legal -

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO IV - MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, fornece (ou forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO V - FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

	CADASTRO DE FORNECEDOR
Fornecedor: () Bens () Serviços () Ambos	
CNPJ/CPF:	
Razão Social:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	UF:
CEP:	
Telefone:	
FAX:	
E-mail:	
Responsável para Contato:	
Telefone do Responsável:	
E-mail do Responsável:	
Banco: Agencia: Conta Corrente:	
Inscrição Estadual:	
Inscrição Municipal:	
Atividade Econômica:	
Cooperativa: () Sim () Não	
Empresa Simples ou Retenções?	
Empresa Simples: Sim Não	

(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)

INSS:	Sim	Não	Isento-Nº Inscrição
ISS:	Sim	Não	
IR:	Sim	Não	
PIS:	Sim	Não	
COFINS:	Sim	Não	
CSLL	Sim	Não	
Outras:			
OBS:			
<p>Declaro serem verídicas as informações acima.</p> <p>Assinatura e nome do representante legal:</p>			

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa)

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal

(Nome e cargo do representante legal da empresa)

Nome da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Presidente **ALIM MALUF NETO**, em face do Pregão Eletrônico SRP nº 22/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta Ata, doravante denominada(s) FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e nas quantidades previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **Política de Compras da CBDU**, devendo ser observadas as bases e os fornecimentos ora indicados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS FORNECEDORES REGISTRADOS

A presente Ata tem por objeto Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU, estando vinculada a ela todas as regras, condições e demais anexos que compõem o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

Parágrafo primeiro – Registra-se o preço da empresa vencedora XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com Inscrição Estadual n.º xxxxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CIDADE/UF, CEP xxxxxxxx, neste ato representada pelo seu procurador, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxx, residente e domiciliado em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Parágrafo segundo - Seguindo a ordem de classificação, RESOLVE registrar as empresas para formação de cadastro de reserva indicadas no Anexo desta Ata. (excluir este parágrafo quando não houver cadastro de reserva)

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITARIO	VL TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e a contratada será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto do Pregão Eletrônico SRP 27/2025.

Parágrafo único - A Ata de Registro de Preços com a vencedora e com as empresas que manifestaram o interesse no cadastro de reserva não será assinada se estas não cumprirem as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário**, é a responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

Parágrafo primeiro – As obrigações relativas ao objeto são aquelas formalizadas no Edital e seus Anexos e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas nesta Ata, no instrumento convocatório e seus anexos.

Parágrafo segundo – Quando comprovada a hipótese do ^a 1º, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

Parágrafo terceiro – A Ata de Registro de Preços poderá ser objeto de adesão por qualquer federação, desde que nas mesmas condições firmadas com a CBDU

Parágrafo quarto – O Aderente informará ao Gerenciador o seu interesse em aderir ao registro de preço.

Parágrafo quinto – O Gerenciador indicará ao Aderente os quantitativos de bens previstos no instrumento convocatório, o fornecedor, as condições em que tiver sido registrado o preço e o prazo de vigência do registro.

Parágrafo sexto – As aquisições por Aderente não poderão ultrapassar 100% dos quantitativos previstos no instrumento convocatório.

Parágrafo sétimo – As razões da conveniência de aderir ao registro de preço cabem ao Aderente.

Parágrafo oitavo – O pedido de adesão ao Gerenciador e a contratação da aquisição de bens e/ou serviços pelo Aderente com o fornecedor deverão ser realizadas durante a vigência do registro de preço.

Parágrafo nono – O fornecimento ao Aderente deverá observar as condições estabelecidas no registro de preço e não poderá prejudicar as obrigações assumidas com o Gerenciador e com os Aderentes anteriores.

Parágrafo décimo – O fornecedor poderá optar por não contratar com o Aderente.

CLÁUSULA QUINTA – VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

Parágrafo Primeiro - Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

Parágrafo Segundo - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, ficará assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DO ACRÉSCIMO E DO REAJUSTE

A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Primeiro - A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

Parágrafo Segundo - O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da

Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro - O Fornecedor terá seu registro de preços cancelado na Ata:

- a. a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b. por iniciativa da CBDU, quando o fornecedor descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços; não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- c. quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

Parágrafo segundo - Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

Parágrafo terceiro - O não cumprimento de qualquer condição constante do Edital e de seus Anexos importará no seu cancelamento imediato, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo quarto - Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a. por inadimplência de qualquer das partes;
- b. falência ou liquidação do fornecedor;
- c. incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

Parágrafo quinto - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CBDU à continuidade do ajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Parágrafo único - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses de adesão por outra federação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar a presente Ata na página da CBDU e na plataforma BBMNET, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo primeiro - As Partes declaram que os dados pessoais coletados para a execução da presente Ata serão utilizados com a estrita finalidade de cumprimento do objeto, em completa observância com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo segundo - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência da Ata, após o qual serão permanentemente excluídos.

Parágrafo terceiro - Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n. 27/2025 – CBDU e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata e demais documentos do processo seletivo.

Parágrafo quarto - Nos casos omissos, será usado o Código Civil para dirimir qualquer dúvida relativa a este Termo de Registro de Preço.

Parágrafo quinto - Todos os encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários referentes ao fornecimento correrão exclusivamente por conta do fornecedor registrado, não tendo a CBDU qualquer vínculo trabalhista direto ou indireto com os seus funcionários.

Parágrafo sexto – O fornecedor registrado concorda em tratar e manter sob sigilo todas as informações compartilhadas em decorrência do fornecimento, na mesma medida e grau de diligência que dispensam às suas próprias informações confidenciais, não revelando, por ação ou omissão, quaisquer informações obtidas durante os trabalhos, sem o prévio e expresso consentimento da CBDU.

Parágrafo sétimo – O termo “informações” abrangerá toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível e outras informações técnicas, financeiras e comerciais.

Parágrafo oitavo – O fornecedor registrado e seus sucessores responsabilizar-se-ão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham a causar à imagem da CBDU e/ou a terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem de acordo, assinam, digital/eletronicamente, o presente instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido ao FORNECEDOR REGISTRADO a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

FORNECEDOR REGISTRADO

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, conforme previsão no Edital.

1ª Classificada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, Inscrição Estadual n.º XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXX/UF – CEP: XXXXXXXX, doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representada pelo seu sócio Sr. XXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, SSP/XX e CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliado em XXXXXX-XXX.

2ª Classificada: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, Inscrição Estadual n.º XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXXXX, XXXX/UF – CEP: XXXXXXXX, doravante denominada FORNECEDOR REGISTRADO, neste ato representada pelo seu sócio Sr. XXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, SSP/XX e CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX residente e domiciliado em XXXXXX-XXX.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO Nº XX/2025

Pelo presente instrumento, a **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente **ALIM R. MALUF NETO** de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual nº XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade nº XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX/2025, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único – A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITÁRIO	VL TOTAL

Parágrafo primeiro – A quantidade prevista nesta Cláusula é estimada e, portanto, a solicitação dar-se-á de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, mediante a emissão da Ordem de Compra e Serviços.

Parágrafo segundo – Nos valores acima, estão inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação do serviço, tais como fretes, tributos, taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outras despesas necessárias à prestação do serviço, objeto deste Contrato

Parágrafo terceiro – Os serviços deverão ser prestados conforme previsão constante no Termo de Referência, documento integrante a este contrato.

Parágrafo quarto – Havendo a necessidade da entrega ser realizada em local diverso do indicado no Termo de Referência, o mesmo deverá ser realizado sem ônus para a CBDU.

Parágrafo quinto – Os serviços serão solicitados, de acordo com a necessidade da CBDU, devendo a CONTRATADA proceder com a prestação dentro do prazo previsto no cronograma.

Parágrafo sexto – O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela CBDU. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU,

devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do término do prazo indicado acima.

Parágrafo sétimo – A prestação do serviço deverá conter a quantidade total solicitada na Ordem de Compras e Serviços, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades previstas no edital e neste contrato.

Parágrafo oitavo – Se, após o recebimento, constatar-se que os serviços fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

Parágrafo nono – O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita prestação do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Parágrafo décimo – Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, a empresa vencedora deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a CBDU e dentro de prazo informado pela CBDU, ou demonstrar a improcedência da recusa, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis após o recebimento de comunicação.

Parágrafo décimo primeiro – Havendo necessidade de substituição, a empresa providenciará, através de representante credenciado, a retirada do material na sede da CBDU, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento de comunicação.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do objeto, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas.
- b. Verificar minuciosamente, no ato do recebimento, a conformidade do objeto, com as especificações constantes do Edital, Termo de Referência e da proposta, para fins de notificação da empresa em caso de mudança da qualidade/objeto e em caso de descumprimento, serão tomadas providências pelo gestor do contrato.
- c. Comunicar à CONTRATADA, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.
- d. Dar conhecimento à CONTRATADA de quaisquer fatos que possam afetar a entrega/prestação do objeto, bem como comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na entrega/prestação, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- e. Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.
- f. Notificar previamente à CONTRATADA, quando da aplicação de sanções administrativas.
- g. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite da entrega/prestação, bem como rejeitar, no todo ou em parte, o produto que a CONTRATADA apresentar fora das especificações descritas no Termo de Referência e Ordem de Fornecimento.

Parágrafo único - O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratado, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a empresa vencedora, a partir da autorização para prestação dos serviços, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a. Serão obrigações da contratada, cumprir os termos previstos neste Termo de Referência e no contrato ou outro documento equivalente, além de responder todas as consultas feitas pela CBDU no que se refere ao atendimento do objeto;
- b. A CONTRATADA ficará sujeita, nos casos omissos, às normas estabelecidas na Política de Compras da CBDU.
- c. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.
- d. Observar toda legislação específica aplicável ao item de seu fornecimento, obedecendo rigorosamente às Normas Técnicas das Concessionárias de Serviços Públicos, Órgãos Competentes e Normas de Segurança, observando as especificidades do local da prestação, ainda que não previstas neste Termo.
- e. Apresentar certificado de Registro de Pessoa Jurídica válido, em nome da CONTRATADA, expedido pelo Conselho Regional de Medicina de sua Região, conforme previsto na Resolução nº 1.980/2011 do Conselho Federal de Medicina.
- f. Apresentar Alvará Sanitário da sede da Empresa
- g. Atender às normas técnicas sobre saúde, higiene e segurança do trabalho aplicáveis a cada serviço.
- h. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor, bem como registrados e regulares nas entidades competentes para a fiscalização do exercício de sua profissão, em razão da atividade pela qual presta serviço, quando aplicável.
- i. Fornecer a seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, ou não, para a execução dos serviços.
- j. Manter os profissionais adequadamente trajados e devidamente identificados nas dependências do evento.
- k. Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia no relacionamento com o pessoal da CBDU.
- l. Não permitir que qualquer funcionário se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.
- m. Arcar com todos os tributos, encargos sociais, obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.

- n. Utilizar veículos que se encontrem em perfeito estado de manutenção, conservação, limpeza e segurança, devendo ser obedecidas todas as normas correlatas do Poder Público, com a documentação regularizada, com os sistemas de segurança necessários, dispondo de motorista profissional, treinado e habilitado na respectiva categoria.
- o. Substituir o veículo na hipótese de problemas mecânicos ou de outra natureza, que venha a comprometer a segurança ou os trabalhos, no prazo máximo de 02 (duas) horas, por outro de mesma característica e capacidade.
- p. Arcar com todas as despesas relacionadas ao serviço, dentre elas: combustível, manutenção, alimentação e deslocamento da equipe/motorista, entre outras.
- q. Substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o material obrigatório em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sem ônus adicionais à CBDU.
- r. Sujeitar-se à fiscalização da CBDU, no tocante à prestação do serviço, concedendo todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados concernente ao objeto do Termo de Referência, inclusive documentação e atos praticados até o recebimento definitivo e cujas reclamações formalmente realizadas obriga-se a atender prontamente.
- s. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à CBDU ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus empregados, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- t. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA quaisquer danos que venham a ocorrer à CBDU ou a terceiros, decorrentes da execução incorreta da prestação do objeto.
- u. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação do objeto, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.
- v. Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.
- w. Informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a CONTRATANTE, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, e-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e/ou fixo para contato.
- x. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo mínimo de 05 (cinco dias) úteis que antecede a data da prestação, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, que poderá ou não ser acatado pelo gestor.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a. observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b. garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;

- c. garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
- d. sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- e. no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- f. suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- g. sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
- h. garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
- i. notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

Parágrafo segundo – O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá à CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

Parágrafo terceiro – Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

Parágrafo quarto – Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo quinto – O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do presente Instrumento será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro – O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo segundo – Expirado o prazo estabelecido, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo terceiro – Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a. por inadimplência de qualquer das partes;
- b. falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c. fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e
- d. incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Em caso de inexecução total, parcial, ou qualquer outra inadimplência, sem motivo de força maior, a contratada estará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, no que couber, garantida a prévia defesa, às penalidades previstas na legislação aplicável, para as seguintes hipóteses:

I. Por atraso injustificado:

- a. multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso, até o 30º (trigésimo) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, limitado esse percentual a 10% (dez por cento); e
- b. multa de 1,5% (um vírgula cinco por cento) ao dia de atraso, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, incidente sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços, sem prejuízo da rescisão deste a partir do 40º (quadragésimo) dia de atraso.

II. Pela inexecução total ou parcial do objeto:

- a. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações consideradas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Confederação;
- b. Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Ordem de Compras e Serviços; e
- c. Suspensão temporária de participar em processo seletivo e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira apresentada, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

Parágrafo primeiro – As multas estabelecidas são independentes e terão aplicação cumulativa e consecutivamente, de acordo com as normas que regem o processo seletivo, mas somente serão definitivas depois de exaurida a fase de defesa prévia da Contratada.

Parágrafo segundo – Quando não pagos em dinheiro pela Contratada, os valores das multas aplicadas serão deduzidos dos pagamentos devidos e, quando for o caso, cobrados judicialmente.

Parágrafo terceiro – Quando se tratar de inexecução parcial, o valor da multa será proporcional ao valor do produto que deixou de ser entregue.

Parágrafo quarto – Em caso de reincidência por atraso injustificado será a futura Contratada penalizada nos termos da Política de Compras da CBDU.

Parágrafo quinto – As penalidades previstas neste Contrato e no Edital e seus anexos não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

Parágrafo sexto – Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA, constando o fundamento legal, excluídos os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo sétimo – As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a. Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b. Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c. Comprovação de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo – O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou boleto bancário.

Parágrafo terceiro – Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto – Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto – A CONTRATANTE se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto – Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo sétimo – A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

Parágrafo oitavo – A cada pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições de habilitação, observadas as seguintes condições:

- a. constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o CONTRATANTE providenciará a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; e
- b. o prazo da alínea anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério do CONTRATANTE.

Parágrafo nono – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência. Sendo o atraso decorrente do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, não gerará direito ao pleito de reajustamento de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo primeiro – Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores

ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Parágrafo segundo – Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Parágrafo terceiro – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Parágrafo quarto – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor de Esportes e Eventos, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos e supressões, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite previsto na Política de Compras, mediante justificativa e termo aditivo.

Parágrafo primeiro – Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo – Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro – Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto – Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto – Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2025.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 27/2025

OBJETO: Registro de Preço, visando futuro e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de ambulância, sob demanda, para atender aos eventos da CBDU.

ANEXO IX - MINUTA DA ORDEM DE COMPRAS E SERVIÇOS

(nos casos em que não houver formalização de contrato)

Ordem de Compras e Serviços nº XXXX

Prestador: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

CNPJ: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Documento Interno de Referência: Aquisição de lonas

Ref.: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Descrição do pedido:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Valor total: R\$ xxxxxxxxxxxxxxxx (xx)

Dados para Faturamento:

Confederação Brasileira do Desporto Universitário

CNPJ: 42.467.787/0001-46

CF/DF: 07.355638/001-67

Endereço: SGAN 905 Conjunto D – Asa Norte – Brasília/DF

CEP: 70.790-054

***Encaminhar Nota Fiscal para os e-mails: allison.carvalho@cbdu.org.br e compras@cbdu.org.br

Pagamento:

1. O pagamento será efetuado por meio de depósito em conta, ou qualquer outro meio idôneo adotado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente até o fim da prestação do serviço, devendo ser efetuada a retenção na fonte atestada (responsável pelo recebimento), no prazo de até 30 dias, e dos tributos e contribuições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com a legislação vigente, quando for o caso.
2. A CBDU utiliza de recursos de origem pública para o desenvolvimento de suas atividades, assim, o pagamento estará condicionado à validade das seguintes certidões na data da emissão da Nota Fiscal/Fatura: Certidão de Débito Trabalhista; Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Consulta Regularidade do Empregador; e Certidão Negativa de Débitos Estaduais.
3. A forma de pagamento para esta Ordem será: xxxxxxxxxxxxxxxx.

4. Vincula-se a esta Ordem de Compras e Serviços o Edital e seus anexos bem como a proposta da empresa, independente de transcrição.

Brasília/DF, xxxxxx de xxxxxxxxxxxx de 2025.

Assinatura

Responsável pela emissão da Ordem de Compras e Serviços